

Quarta-feira

Teresina, 25 de novembro de 2015



DIÁRIO

do Povo do Piauí

ENVIE DENÚNCIAS, FOTOS,
VÍDEO E SUGESTÕES DE PAUTA.

WhatsApp
(86) 98121-9514

Não esqueça de se identificar.

Prefeitos pedem lei contra multas do TCE

Foto: Divulgação

Uma comissão de prefeitos do Piauí esteve ontem na presidência da Assembleia Legislativa para solicitar aos deputados que criem uma lei regulamentando as multas aplicadas pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE). Os prefeitos alegam que as multas são aplicadas discricionariamente e por motivos muitas vezes banais, não dando a oportunidade do gestor se defender.

Segundo o presidente da Associação Piauiense de Municípios (APPM), Arinaldo Leal, o TCE multa o município mesmo esse tendo as contas aprovadas. "É uma contradição do Tribunal de Contas aprovar as contas de um gestor e multá-lo porque faltou uma assinatura ou um documento foi mal digitalizado. É isso que está acontecendo. Não há critérios claros para as multas que são aplicadas discricionariamente", relatou Arinaldo Leal ao presidente da Assembleia, Themistocles Filho, e a alguns deputados.

Os municípios querem também que parte da multas seja revertida para a própria gestão municipal. "Se o gestor cometeu



PREFEITOS reunidos na Assembleia Legislativa: apelo por projeto de lei para mudanças nas multas do TCE-PI

realmente uma irregularidade, o prejudicado foi o cidadão do município. Então não há motivos para o TCE ficar com o valor da multa. Mas essa multa deveria ser revertida para o bem do município", adiantou Arinaldo Leal.

Os prefeitos reclamaram que o assunto já esta em dis-

cussão há quatro meses, mas não houve nenhum consenso.

Os prefeitos se reuniram também com a deputada estadual Liziê Coelho, presidente da Comissão de Fiscalização, Controle e Tributação (CFC) e o deputado Robert Rios, presidente da Comissão de Consti-

tuição e Justiça (CCJ), para discutir o assunto. Do encontro participaram ainda representantes do TCE-PI (Tribunal de Contas do Estado), da OAB-PI (Ordem dos Advogados do Brasil, seccional Piauí) e do CRC-PI (Conselho Regional de Contabilidade do Piauí).

PROPOSTA ENGESSA ATUAÇÃO DO TRIBUNAL DE CONTAS

A deputada Lizié Coelho (PTB) disse que a maior queixa dos prefeitos é em relação à prestação de contas em tempo real por causa da internet deficiente do interior do Estado, o que vem, segundo eles, gerando cobranças ilegais. Como solução para o problema, a APPM pede que sejam anuladas todas as multas aplicadas pelo TCE até a data da promulgação da lei, que se refiram a multas por atraso na entrega de qualquer documento via web.

"Os prefeitos querem modificações na forma de prestar contas e nós queremos formatar um projeto de lei que estabeleça regras baseadas na Constituição. Porque a prestação de contas via internet não está prevista nela

e precisamos de regras claras para poder cobrar devidamente as prefeituras. Mas nós vamos conversar com o TCE e ver como podemos fazer isso da melhor forma", explicou a deputada estadual.

Segundo ela, o projeto de lei deverá estabelecer também que o TCE só poderá imputar multa após notificação pessoal do interessado para sanar a falha no prazo de 48 horas. Além disso, o projeto regeeria que 70% dos valores arrecadados com multas integrarão um Fundo Municipalista com a finalidade de capacitação, cursos de aperfeiçoamentos e mecanismos que melhorem e modernizem as administrações municipais. (CS)

Em Tempo

Da equipe

emtempodp@hotmail.com

Foto: Divulgação



Previdência

Alex Sertão (foto), assessor jurídico do TCE/PI, fará palestra sobre regime próprio de previdência social nos municípios. Será no dia 10 de dezembro, no auditório do IFPI, em Pedro II, durante XXV Seminário de Formação de Controladores Sociais da Ouvidoria Itinerante de Pedro II.

LÍDER EM CREDIBILIDADE

O DIA

R\$ 2,50
NACIONAL R\$ 4,00
Ano 64 // N° 18.245

TERESINA, QUARTA, 25 DE NOVEMBRO DE 2015

Roda Viva

Da equipe
jornal@portalodia.com

Inversão de “valores”

Prefeitos visitaram ontem a Assembleia Legislativa e solicitaram aos deputados modificações na lei que obriga os municípios a fazer a atualização, em tempo real, de suas prestações de contas junto ao Tribunal de Contas do Estado. Os prefeitos alegam que a internet no interior é muito ruim e isso impede o cumprimento desta obrigação. Ora, não seria melhor os prefeitos lutarem para melhorar o acesso a internet no interior do Piauí. A lei que obriga a prestação de contas em tempo real é um avanço e se há problemas técnicos que a impede de ser cumprida, são os problemas que precisam ser resolvidos. A transparência nos recursos de Prefeituras piauienses é praticamente inexistente e no que depender dos gestores, vai retroagir ainda mais. Não é a toa que na semana passada, a Controladoria-Geral da União (CGU), deu nota zero para 95% dos municípios do Piauí em transparência.

Mudanças

Prefeitos vão à Alepi para pedir redução de multas no TCE

Prefeitos piauienses foram a Assembleia Legislativa na manhã de ontem (24) propor a deputados estaduais modificações na lei que trata sobre as multas aplicadas aos gestores e a atualização, em tempo real, das prestações de contas pela internet ao Tribunal de Contas do Estado.

Liderado pelo presidente da Associação Piauiense de Municípios, Arinaldo Leal, o movimento de prefeitos alega que dificuldades técnicas como a má qualidade da internet tem prejudicado a transmissão dos dados. Além disso, Leal apontou que muitos gestores possuem as contas aprovadas no TCE, mas recebem multas que chegam até R\$ 30 mil. "A quase totalidade dos municípios tem problemas de internet, o que impede

a prestação de contas em tempo real, há casos em que há bloqueio de contas de prefeituras por falhas técnicas, o que causa um prejuízo político e administrativo aos gestores", disse.

O presidente da Assembleia Legislativa do Piauí, Themistocles Filho (PMDB), a intenção da APPM é boa mas é preciso ouvir e manter contato com o TCE. "Nós temos um bom entendimento entre os poderes e temos esta concepção de não fazer nada atropelando as outras casas. A intenção pode ser regulamentada, mas é preciso ouvir e manter esta boa relação com a corte de contas. Faremos uma reunião para decidir qual o caminho que vamos seguir analisando sempre o que é bom para todos", diz Themistocles Filho.

A ODIA, o conselheiro

do Tribunal de Contas do Estado, Jaylson Campelo, informou que os prefeitos tem razão em parte das reclamações. Mas afirmou que o Tribunal já vem tomando as decisões analisando quais são os casos que podem ser encarados como resultados de problemas técnicos e quando é atraso real dos gestores em prestar contas dos recursos públicos.

"O TCE já chegou inclusive a cancelar multas por entender que eram falhas técnicas. O TCE é aberto ao diálogo com os gestores e a sociedade, agora, não podemos deixar de punir aqueles que realmente deixam de prestar contas", diz Campelo. Ele acrescentou que alterações na legislação já estão em debate e que o TCE vai continuar analisando caso a caso.

(João Magalhães)

LÍDER EM CREDIBILIDADE

ODIA

R\$ 2,50
NACIONAL R\$ 4,00
Ano 64 // Nº 18.246

TERESINA, QUINTA, 26 DE NOVEMBRO DE 2015

Roda Viva

Da equipe
jornal@portalodia.com

Ficha limpa

O Tribunal de Contas do Estado do Piauí aprovou, durante julgamento realizado na terça-feira (24), as contas da Superintendência de Desenvolvimento Urbano da zona Sudeste referentes ao ano de 2012, quando o órgão foi comandado por Paulo Roberto da Iluminação (PTB), hoje vereador de Teresina. O petebista comemorou o resultado positivo e lembrou que nunca teve suas contas reprovadas, tanto nos oito anos em que foi prefeito de Monsenhor Gil, quanto em suas passagens pela Coordenadoria Regional da Funasa e pela SDU.

Prestação de contas

MPF investiga possíveis irregularidades em Prefeitura de Marcos Parente

O Ministério Público Federal determinou solicitar na terça-feira (24) ao Tribunal de Contas do Estado uma cópia da prestação de contas da Prefeitura de Marcos Parente referente ao ano de 2012, sob gestão do prefeito Manoel Emídio de Oliveira.

Em despacho, o Procurador Saulo Linhares da Rocha, da Procuradoria Regional em Floriano, deu um prazo de 30 dias para o prefeito apresentar informações sobre as

irregularidades constatadas pelo TCE no exercício financeiro de 2012. Nas contas do Fundeb, o TCE constatou fragmentação de despesas para a contratação de assessoria e consultoria e aquisição de combustíveis. As irregularidades somam R\$ 52.790,82.

Além disso, o TCE detectou irregularidades nas contas da Saúde, em 2011 e da Assistência Social, referentes a aquisição sem licitação, de veículo e fragmentação de

despesas com hospedagem, totalizando R\$ 62.965,00 (sessenta e dois mil, novecentos e sessenta e cinco reais). Nas contas da Saúde, referentes a 2011, o TCE detectou irregularidades na contratação de fornecedores de medicamentos e de irregularidades de médico e cirurgião-dentista.

Além de falhas na adesão a Sistema de Registro de Preços. A denúncia foi inicialmente encaminhada ao

Ministério Público Estadual, que, por intermédio da Procuradoria-Geral de Justiça, encaminhou cópia dos autos à Procuradoria da República do Piauí para a adoção das medidas cabíveis onde houver interesse da União.

ODIA tentou contato por telefone com o prefeito de Marcos Parente, Manoel Emídio, mas ele não foi localizado por telefone.

(João Magalhães)



Bastidores

Rômulo Rocha

Chamado 'Projeto da Escuridão' - 25/11/2015 às 15h07

Marden quer participação do TCE no projeto que livra prefeitos de multas

Curtir

4

Tweet

G+

0

Compartilhar



O manual para quem quer vencer na vida



CURSO GRATUITO
Declaração para Designers
SC SS C PORQUÊ PORQUÊ POR QUÊ
X
Salva+
Para se cadastrar, envie seu currículo: naianalimma@gmail.com
Cadastrar sujeito a aprovação
Salva+

O deputado Marden Menezes (PSDB) acha justo os prefeitos pleitearem um projeto de lei que os livrem de serem 'penalizados' por não prestarem contas em tempo real, como já manda a lei. Eles dizem que no Piauí a internet é ruim.

Porém, argumenta que é um tema que "jamais pode ser feito à revelia do TCE. Pelo contrário, é preciso que haja a participação da Corte de Contas na elaboração dessa regulamentação", chamada de Projeto da Escuridão, em contraposição à transparência on-line que deve ser dada nos tempos atuais.

De todo modo, acrescenta que "só atrapalharia a ALEPI editar uma lei em

desacordo com o entendimento do Tribunal de Contas".

"É preciso reunir prefeitos, TCE e encontrar uma solução que seja consignada em Lei", defende.

Robert seria o autor.

Blogueiro: Rômulo Rocha
Publicado Por: Rômulo Rocha



Bastidores

Rômulo Rocha

Pagamento questionável - 25/11/2015 às 14h40

Procuradores do Estado do Piauí receberam R\$ 1,5 milhão em honorários

Curtir 0

Tweet

G+1 0

Compartilhar

O manual para quem quer vencer na vida



O estado, sem dinheiro, vem gastando montantes exorbitantes com pessoal, como o pagamento de honorários para procuradores que já são pagos para lhe defender.



Ano passado, na gestão Zé [Filho](#) (PMDB), esse montante chegou a R\$ 1.560.815,11.

Segundo auditoria, esse valor corresponde a R\$ 97,65% da despesa realizada com recursos do Fundo de Modernização do exercício de 2014.

Para alguns, esse pagamento afronta a Constituição Federal.

Então, quem vai questionar a constitucionalidade desses repasses a títulos de honorários?

Para técnicos do TCE, essa é uma "falha recorrente".

Blogueiro: Rômulo Rocha

Publicado Por: Rômulo Rocha



Bastidores

Rômulo Rocha

Supostas Irregularidades - 25/11/2015 às 13h15

TCE dá 30 dias para que coronéis da PM se expliquem sobre gastos

Curtir 0

Tweet

G+1 0

Compartilhar

Conheça as atitudes de pessoas de sucesso!



comandantes-gerais coronel Gerardo Rebelo Filho e coronel Lídio Rodrigues de Sousa Filho.

A relatora do caso é a conselheira Waltânia Alvarenga.





Bastidores

Rômulo Rocha

Governo Zé e Wilsão - 25/11/2015 às 13h01

PM do PI fez adesão à ata de registro de preço já vencida

VALOR É SUPERIOR A MEIO MILHÃO. Os luguéis de veículos também são questionados

Curtir 0

Tweet

G+1 0

Compartilhar



Por Rômulo Rocha

Consta do bojo de documentos relativos ao processo de prestação de contas da Polícia Militar no Tribunal de Contas do Estado (TCE), exercício de 2014, que abrange os governos de Wilson Martins (PSB) e Zé Filho (PMDB), a ocorrência de várias supostas irregularidades.

Uma delas é a falta de cobertura contratual a partir de 13 de agosto de 2014, governo Zé Filho (PMDB) e gestão do coronel Lídio Rodrigues de Sousa

Filho, para locação de veículos no valor de R\$ R\$ 165.038,00 junto à Focus Comércio.

“Verificou-se, também, a prestação de serviço de locação de 38 veículos populares, com o credor Araújo & Araújo Ltda (...) após expirado o prazo de validade que seria até 18/08/2014. (...) O serviço foi prestado nos meses de agosto e setembro, logo, sem cobertura contratual”, dizem os documentos.

Por esse último serviço foram pagos R\$ 159.448,00.

ADESÃO À ATA VENCIDA. VALOR: MAIS DE MEIO MILHÃO DE REAIS

Consta ainda do processo que a PM do Piauí pegou carona no contrato nº 002/2014 em uma ata vencida, que originou-se do Pregão Presencial 02/2012 da Universidade Estadual do Piauí, que por sua vez, tinha validade somente até 18/09/2013.

Dessa embromação administrativa foram empenhados e pagos R\$ 533.281,10 no ano de 2014, conforme o SIAFEM.

O contrato foi com a L Bezerra Representações LTDA. O gestor da época teria sido o coronel Gerardo Rebelo Filho, gestão Wilson Martins (PSB).

'É NÓIS'

A PM é a polícia ostensiva do Estado.

O processo ainda será julgado pelo pleno do Tribunal de Contas.

Blogueiro: Rômulo Rocha
Publicado Por: Rômulo Rocha



Ex-gestores sofrem multa - 28/11/2015 às 08h04

Ex-prefeita de Caxingó do PI virou alvo de denúncias do TCE e acaba multada

PEDIDO PARA a inspeção e o bloqueio das contas da ex-gestora foi julgado procedente

Curtir 0

Tweet

G+ 0

Compartilhar



O manual para quem quer vencer na vida



A ex-prefeita de Caxingó, Hermenegilda Brito de Meneses, sofreu sanção de multa aplicada pelo Tribunal de Contas do Estado do Piauí (TCE-PI). No caso em tela, trata-se do processo TC/52852 do ano de 2012.

Ela teve as contas de gestão consideradas regulares, mas com ressalvas que culminaram na aplicação de multa.

DENÚNCIAS PROCEDENTE

O TCE-PI também julgou procedente pedido para 'Inspeção Extraordinária (TC-E 051337/2012) solicitando o bloqueio das contas bancárias da Prefeitura com elevado saldo na conta caixa (Tesouraria) no Município de Caxingó-PI (exercício financeiro de 2012)'.
'

Julgou procedente a 'representação (TC/011281/2013) sobre supostas irregularidades relacionadas ao FUNDEB no Município de Caxingó-PI (exercício financeiro de 2012)'.
'

Julgou procedente 'Inspeção Extraordinária (TC-E 050315/2012) sobre Inadimplência em Convênio de Consignação em Folha de Pagamento

da Prefeitura Municipal de Caxingó-PI (exercício financeiro de 2012)'.
'

O julgou procedente ainda 'Inspeção Extraordinária (TC-E 051226/2012) sobre o monitoramento da movimentação financeira da Prefeitura Municipal de Caxingó-PI (exercício financeiro de 2012).

MAIS MULTADOS

Outros gestores também foram multados por falhas na gestão de recursos do FUNDEB, FMS, FMAS e Câmara Municipal.

FUNDEB – Laura Célia da Silva

Julgamento/Contas de Gestão: Regularidade com ressalvas. Aplicação de multa.

FMS – Francisco Ricardo Brito de Meneses

Julgamento/Contas de Gestão: Regularidade com ressalvas. Aplicação de multa.

FMAS – Edna Maria Oliveira dos Reis

Julgamento/Contas de Gestão: Regularidade com ressalvas. Aplicação de multa.

Câmara Municipal – Francisco das Chagas Cardoso

Julgamento/Contas de Gestão: Regularidade com ressalvas. Aplicação de multa.

Publicado Por: Daniel Silva



Rauristênio Bezerra

Flash da Política

TCE vai julgar denúncia contra prefeita Irene Mendes

O Tribunal de Contas do Estado vai julgar, na próxima segunda-feira (30), denúncia de irregularidade em licitação da prefeitura de Ribeira do Piauí, no exercício de 2015.

Imagem: Divulgação



Prefeita Irene Mendes da Silva Cronemberger

A denúncia é contra a prefeita Irene Mendes da Silva Cronemberger e trata de supostas irregularidades em procedimento licitatório modalidade Concorrência nº 01/2015 que tem por objeto a "Contratação de empresa para execução de serviços de implantação do sistema de abastecimento de água" em várias localidades do município de Ribeira do Piauí.

Outro lado

A prefeita Irene Mendes não foi localizada para comentar a denúncia.

Keywords: [prefeita irene mendes](#), [denúncia](#), [tce](#), [licitação](#)

Escrito por Rauristênio Bezerra em 26/11/2015 às 08h13

Atualizada em 26/11/2015 - 08h14